

ADULTIZAÇÃO: COMBATE A ADULTIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Vitória Gabrielly Batista Fernandes¹, Kallyane da Silva Rocha², Gabrielly Pereira da Silva³, Letícia Penha Casimiro⁴, Isabela Barros de Araújo⁵, Anderson Rogério Ferreira da Silva⁶, Gabriel Silva Gaspar Carneiro⁷, Jhaíza Victória Oliveira Teles⁸, Jade Pereira Rodrigues⁹, Nicolle Pishe Andrade¹⁰, Maria Clara Figueira Barbosa¹¹

- 1 Graduanda em Direito, Afya Centro Universitário São Lucas,
vitoriagabrielly13b@gmail.com
- 2 Graduanda em Direito, Afya Centro Universitário São Lucas,
kallyrochadasilva@gmail.com
- 3 Graduanda em Direito, Afya Centro Universitário São Lucas,
gabriellydasilva777@gmail.com
- 4 Graduanda em Direito, Afya Centro Universitário São Lucas,
leticiaPENHA029@gmail.com
- 5 Graduanda em Direito, Afya Centro Universitário São Lucas,
barrosisabela237@gmail.com
- 6 Graduando em Direito Afya Centro Universitário São Lucas,
anderson.rogerio@alunos.afya.com.br
- 7 Graduando em Direito, Afya Centro Universitário São Lucas,
gabrielcarneiro2604@gmail.com
- 8 Graduanda em Direito, Afya Centro Universitário São Lucas,
jhaizavictoria31@gmail.com
- 9 Graduanda em Direito, Afya Centro Universitário São Lucas,
jadepereirarodrigues9@gmail.com
- 10 Graduanda em Direito, Afya Centro Universitário São Lucas,
nicollepish@gmail.com
- 11 Docente, Afya Centro Universitário São Lucas
maria.clarafigueira@afya.com.br

INTRODUÇÃO: A infância não é um ensaio para a vida adulta, mas um capítulo insubstituível dela. Assim, a adultização é um fenômeno social e cultural que se caracteriza pela imposição precoce de responsabilidades, comportamentos e padrões estéticos típicos da vida adulta a crianças e adolescentes. Esse processo pode ocorrer de diferentes formas, seja por meio da exposição à mídia, da pressão estética, da erotização infantil, da exigência de desempenho escolar e social excessivos ou, ainda, pela atribuição de funções e encargos que extrapolam sua fase de desenvolvimento. **OBJETIVO:** Promover ações que conscientizem quanto aos efeitos nocivos desse fenômeno e estimulem o seu enfrentamento, envolvendo escolas, famílias e a comunidade em geral. Nesse sentido, discutir, refletir e intervir sobre a temática, oferecendo espaços de diálogo e estratégias educativas que valorizem a infância e garantam o respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e aos direitos fundamentais dessa população. **MATERIAL E METODOLOGIA:** Realização de palestras educativas em escolas, rodas de conversa, oficinas interativas com crianças e adolescentes utilizando linguagem acessível e recursos lúdicos, incentivando a participação ativa dos envolvidos. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Maior engajamento da comunidade escolar, aumento da compreensão sobre os riscos da adultização e relatos de mudanças de comportamento por parte de pais e educadores. As atividades também fortaleceram vínculos entre escola, família e sociedade. **CONCLUSÃO:** O projeto evidencia a importância da educação e do diálogo para prevenir a adultização de crianças e adolescentes, ressaltando a necessidade de conscientizar e mobilizar a comunidade para garantir a proteção integral e o respeito aos direitos desse público. Trata-se de um problema emergente, que ganhou destaque recentemente com a denúncia feita pelo influenciador digital “Felca” em seu canal no YouTube, sobre o uso indevido de imagens de crianças. A repercussão gerou reação imediata da sociedade, resultando na apresentação de 32 propostas de projetos de lei na Câmara dos Deputados e na aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça, de um projeto que prevê o aumento da pena para o aliciamento de crianças e adolescentes por meio da internet. A proposta altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), elevando a pena de reclusão para esses crimes em 1/3, passando de 1 ano e 3 meses para 1 ano e 4 meses a 4 anos, além de multa. No Senado Federal, tramita o Projeto de Lei nº 2.628/2022, conhecido como “ECA Digital”, que prevê medidas como a proibição de publicidade direcionada ao público infantil com técnicas de perfilamento, a exigência de mecanismos mais eficazes de verificação de idade e a vedação de práticas digitais semelhantes a jogos de azar. Diante desse cenário, torna-se evidente que a proteção da infância e da adolescência exige ações integradas entre Estado, sociedade e instituições educacionais. Projetos de extensão como este cumprem papel fundamental ao promover informação, diálogo e engajamento social, contribuindo para a

construção de um ambiente mais seguro e respeitoso. Ao fortalecer a consciência coletiva e apoiar iniciativas legislativas, reafirma-se o compromisso com a defesa dos direitos das crianças e adolescentes, garantindo-lhes um desenvolvimento saudável e pleno.

Palavras- chave: Adultização. Crianças e Adolescentes. Educação e Conscientização. Proteção Digital. ECA Digital.